



MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA

ATA DE REUNIÃO

Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários

EQSW 301/302, Lote Nº 01, Ed. Montes, 3º andar. - Bairro Setor Sudoeste, Brasília/DF CEP 70673-150

Telefone: (61) 2029-8800, www.infraestrutura.gov.br

Dia: 04/07/2019 – Horário: 10h05 às 12h50

ATA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO NACIONAL DAS AUTORIDADES NOS PORTOS - CONAPORTOS

Às dez horas e cinco minutos do dia quatro de julho de 2019, no Ministério da Infraestrutura, localizado na Esplanada dos Ministérios, bloco R, 6º andar, sala Interativa, Gabinete do Ministro, na cidade de Brasília/DF foi dado início à 14ª Reunião Ordinária da Comissão Nacional das Autoridades nos Portos – Conaportos, sob a Coordenação do Sr. Marcelo Sampaio Cunha Filho, Secretário-Executivo do Ministério da Infraestrutura.

A reunião contou com a presença dos seguintes integrantes da Conaportos: representando o Ministério da Infraestrutura, o Secretário-Executivo do Ministério da Infraestrutura e, também, Coordenador da Conaportos, Sr. Marcelo Sampaio e o Secretário Nacional de Portos e Transportes Aquaviários e, também, Coordenador Suplente, Sr. Diogo Piloni; representando a Casa Civil da Presidência da República, Sr. Daniel Fernandes de Simões Branco e o suplente Sr. Marcos Antônio Vivas Motta; representando o Ministério da Justiça e Segurança Pública, Sr. Marcelo João da Silva; representando o Ministério da Defesa (Marinha do Brasil), o Sr. Vice-Almirante Roberto Gondim Carneiro da Cunha; representando o Ministério da Economia, Sr. Renato Cardoso de Sousa, representando o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Sr. Fábio Florêncio Fernandes; representando o Ministério da Saúde, Sr. Marcus Aurélio Miranda de Araújo; representando a Agência Nacional de Transportes Aquaviários, Sra. Jacqueline Andréa Wendpap, bem como convidados e assessores dos órgãos integrantes da Comissão, conforme lista de presença anexa.

1 – Abertura da Reunião Plenária

1.1 - O Coordenador da Conaportos, o Sr. Marcelo Sampaio, iniciou a pauta do dia saudando os membros e convidados presentes. Expressou a satisfação e importância da presença dos mesmos na 14ª reunião Conaportos, para deliberações e soluções dos desafios portuários; falou brevemente dos leilões previstos em 2019 nos portos do Itaqui, de Paranaguá e de Santos; e, ainda, informou da promoção das assinaturas das poligonais portuárias, enquanto uma demanda repesada por

muito tempo; citou a previsão de divulgação Plano Nacional de Logísticas Portuárias Nacionais (PNLP) para o 2º semestre deste ano, bem como a sua integração com o Plano Nacional de Logística e Transportes- PNLT; e, por fim, destacou a relevância dos temas dos quais serão abordados pelos Comitês Técnicos ao longo da reunião, pediu urgência nas deliberações para o alcance rápido das soluções, finalizando e passando assim a palavra para a Rita Munck, Chefe de Gabinete da SNPTA. A Sra. Rita Munck deu boas vindas a todos, agradecendo a presença e reiterando a importância da Comissão, passando a palavra para a Diretora do Departamento de Gestão e Modernização Portuária, a Sra. Fernanda Rumblesperger, que também agradeceu a presença de todos e falou da retomada dos trabalhos da Conaportos, apontando os pontos mais importantes da reunião: atualização do Decreto da criação da Conaportos e do Regimento Interno, lembrando que já existe uma deliberação prévia do mesmo, falou ainda da padronização das comissões e das apresentações dos Comitês Técnicos, passando a palavra para o Sr. Diogo Piloni, Secretário Nacional de Portos e Transportes Aquaviários – SNPTA/MInfra, que agradeceu a presença de todos, apontando a importância do andamento dos planos de trabalho no âmbito dos Comitês Técnicos, falou também das Comissões Locais, citou medidas as quais a Secretaria já tem atuado, como as conclusões dos leilões de 10 (dez) arrendamentos, tendo previsão de mais três terminais e as atuações da Secretaria em prol da melhoria e os demais resultados positivos neste primeiro semestre, iniciando assim as apresentações dos Comitês Técnicos.

2 - Apresentações

2.1 – A Sra. Fernanda Rumblesperger, Coordenadora do Comitê Técnico de Modernização Portuária, iniciou a apresentação relatando sobre a unificação dos Comitês Técnicos de Modernização Portuária e Parâmetro de Desempenho, e ponderou ser mais produtiva essa unificação dos dois comitês, descrevendo a proposta do plano de trabalho.

A proposta do plano de trabalho foi apresentada, dividida por eixos de atuação, sendo a primeira a questão de desempenho portuário, e foi apontado, assim, as dificuldades quando se tratar de indicadores e os esforços para a coleta e a elaboração dos mesmos, sugerindo que cada um dos envolvidos trouxessem os tipos de indicadores que já utilizam dentro dos seus órgãos, para que fosse gerado um padrão geral de desempenho, além de buscar entender como se é feito a análise desses indicadores internacionalmente. Outro assunto levantado foram os eventos, como a greve dos caminhoneiros, que exigiu uma atenção muito grande, uma vez que não existia um processo definido de como se tratar esse tipo de evento, tendo isto como exemplo, foi apontado os estudos que a Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis - Conportos, está trabalhando, e analisando, assim, a possibilidade de interação, para que não se trate assuntos iguais em mais de uma instância, mas buscando uma atuação sinérgica com outros colegiados existentes. Finalizando com o assuntos que mais têm sido foco reiterado na pauta institucional, como a capacitação do trabalhador portuário, destacando os problemas existentes, e das propostas já sugeridas, como a criação do Sistema “S” portuário, solicitando a colaboração de todos para a obtenção de um retorno para o trabalhador portuário, e enfatizou sobre a necessidade de discussão do papel desempenhado pelo Conselho de Autoridade Portuária - CAP, alegando o senso comum quanto à perda do poder deliberativo dos CAPs, e, ainda, sugerindo a necessidade de ajustes para a preservação do seu poder e influência na gestão das autoridades portuárias, lembrou, por fim, dos Comitês Locais – CLAPs, que estão em reestabelecimento de suas atuações e deu por encerrada a sua apresentação, sugerindo à discussão deliberação dos membros quanto à proposta de unificação dos Comitês Técnicos de Modernização Portuária e Parâmetros de Desempenho. Neste momento, o Sr. Marco Antonio V. Motta, relatou que a Casa Civil, na apresentação do dia 20 de agosto, sugerida no plano de trabalho, não teria indicadores do ponto de vista técnico para apoio ao grupo, sugeriu mostrar os trabalhos e projetos que a presidência acompanha. Retomando a palavra, a Coordenadora do Comitê, Sra. Fernanda Rumblesperger, sugeriu que fosse apresentado não necessariamente os indicadores técnicos, mas de gestão administrativas também. Falou das indicações dos membros do Comitês, solicitando a regularidade e permanência dos mesmos, para que o entendimento seja contínuo finalizando a sua contribuição. O Sr. Leandro Vargas, Coordenador do Comitê Técnico de Parâmetro de Desempenho, ponderou sobre a importância da participação da Casa

Civil nas apresentações do Comitê, e, ainda, informou que foi acordado com o Sr. Carlos Fernando, que o mesmo faria uma apresentação institucional e abordando os aspectos de atuação da Casa Civil com todos os anuentes.

2.2 - Neste momento o Sr. Diogo Piloni, perguntou dos resgates dos trabalhos do Comitê dos anos anteriores, se foi definido parâmetros para acompanhamento, onde o Sr. Leandro Vargas, tomou a palavra respondendo à questão, informando que, na discussão interna dos Coordenadores dos Comitês Técnicos, ficou acordado que atentassem às discussões e tratativas pautadas anteriormente, priorizando e resgatando aqueles que não tiveram prosseguimento. Retomando a palavra o Sr. Diogo Piloni, sugere que a programação para a próxima reunião, tenha uma visão sobre esses parâmetros e uma análise mais crítica sendo abertas as sugestões. Neste momento a Sra. Mariana Pescatori, falou um pouco do desenvolvimento do PNLP, apontando que um dos próximos passos seria a avaliação e redefinição dos indicadores que vêm sendo aferidos no ciclo de 2015 a 2019, permitindo a aproximação das atividades e da equipe responsável pela elaboração do PNLP em apoio aos trabalhos dos Comitês Técnicos, além de destacar a importância e oportunidade de utilização e apresentação dos indicadores existentes nos CLAPs, especialmente aqueles que utilizam o parâmetro de tempo de liberação dos órgãos anuentes. Ao retomar a palavra, o Sr. Leandro Vargas apontou que as premissas abordadas no PNLP têm sido levadas em consideração nos trabalhos do Comitê, assim como o planejamento e atuação anterior da Conaportos, e, ainda, relatou que o Plano de Trabalho além de adotar premissas do Banco Mundial, também, está atrelado às metas do Governo Federal, que estabeleceu um alvo de alocar o Brasil como líder na América Latina em infraestrutura de transportes, finalizando a apresentação do Comitê de Modernização.

2.3 - A palavra foi passada para o Sr. Ricardo Strauss, Coordenador do Comitê Técnico de Integração de Sistemas, que deu início à apresentação do Comitê citando a realização de duas reuniões e o planejamento anual para mais quatro previstas. Em relação à indicação de membros foi citada a ausência de indicação de suplente por parte do Ministério da Economia e a manifestação pela Presidência da República para que tivesse participação somente quando fosse necessário, principalmente nos momentos de intervenção e tomada de decisão. Neste momento, o Sr. Diogo Piloni entrevistou para ressaltar que nos momentos de harmonização é essencial a participação da Casa Civil, sendo complementado no mesmo sentido pelo Sr. Daniel Branco. Em sequência, foi iniciada a abordagem dos tópicos do plano de trabalho. O primeiro tópico, que trata de compartilhamento de conhecimentos sobre os processos, controles e sistemas de TI, foi ressaltada a importância de se conhecer os processos envolvidos, oportunidade na qual os integrantes do Comitê realizarão apresentações institucionais nas próximas reuniões. Quanto à harmonização de conceitos, foi destacada a necessidade de uniformização das nomenclaturas utilizadas pelos anuentes, que será abordada na próxima reunião. No desenvolvimento dos aspectos relacionados ao equacionamento de dificuldades existentes nas integrações entre sistemas, foram elencadas as dificuldades existentes na comunicação entre os órgãos e as soluções dadas até o momento para os diversos sistemas dos quais existe a expectativa e/ou o desenvolvimento da integração. Com maior detalhamento, foi retratada a identificação e análise de possibilidades de integração entre sistemas, informando que já está em análise a integração do Porto Sem Papel com o Sistema de Taxa de Utilização de Faróis (SISTUF) e na Receita Federal (informações de tripulantes e passageiros), além de outras possibilidades identificadas que ainda não estão em andamento, como com a Polícia Federal (cobrança da Taxa Funapol), em relação à Marinha do Brasil, foi citada a possibilidade de integração do SISTRAM (Sistema de Informações Sobre o Tráfego Marítimo), dando introdução à discussão da necessidade de maior integração com o Portal Único do Comércio Exterior do Ministério da Economia. O Coordenador do Comitê ressaltou a necessidade de existência de um “Portal Único”, que não segregasse as informações de comércio e de navegação e que já foram realizadas discussões iniciais neste sentido, bem como a avaliação de utilizar os conceitos e estrutura para a promoção de uma maior integração, caso a unificação não seja possível. Neste momento houve a intervenção do Sr. Diogo Piloni, que deu ênfase ao projeto de Janela Única Portuária e falou um pouco sobre o que se trata a integração do portal único do comércio exterior e da importância das integrações dentro dos órgãos. Dando continuidade o Sr. Ricardo Strauss, falou da Instituto Aliança Pró-Modernização Logística de Comércio Exterior –Procomex e suas atuações, posteriormente citando a possibilidade de integrações diretas entre as autoridades anuentes e abordando também a unificação e compartilhamento de cadastros, tomando como exemplo o cadastro de embarcações, que é segregado

pela SNPTA, Antaq, Receita Federal, Marinha do Brasil, Anvisa. Em conclusão, foi dada a ênfase na definição de quem é o “dono da informação”, para que este seja o mantenedor responsável, fornecendo acesso ao cadastro para os demais interessados e usuários da informação, dando por encerrado sua apresentação e abrindo para questionamentos. Neste momento o Sr. Almirante Roberto Gondim Carneiro da Cunha, abordou os principais pontos para que a integração aconteça, destacando a necessidade de consideração, estudo e promoção prévia da discussão na harmonização dos conceitos dos sistemas, tendo em vista aqueles já consagrados e regulamentados pela Marinha do Brasil, ressaltando a dificuldade da alteração normativa e a delicadeza envolvida. Em continuidade, o representante da Marinha do Brasil informou a existência de um Grupo de Trabalho para a integração do SISTUF e a importância da atuação da Marinha no armazenamento do cadastro de embarcações, o qual pode ser adaptado aos órgãos usuários desta informação, concluindo a sua fala. Neste momento, houve a intervenção do Sr. Diogo Piloni, que abordou o tema da unificação dos Comitês Técnicos de Modernização Portuária e Parâmetro de Desempenho, deixando para deliberação o tema, colocando à disposição qualquer dúvida ou questionamento para seguir com a publicação da resolução.

2.4 - O Sr. Diogo Piloni deu início à abordagem do pacote de medidas de estímulo à cabotagem, passando a palavra para o Sr. Dino Antunes Coordenador do Comitê de Estímulo a Cabotagem que iniciou a apresentação falando dos atuação deste grupo e do Programa de Estímulo ao Transporte de Cabotagem, denominado BR do MAR. Inicialmente foi enfatizada a atuação do Procomex e da metodologia de trabalho desenvolvida para o Sistema Integrado de Comércio Exterior (SISCOMEX) e Portal do Comércio Exterior, do Ministério da Economia, como modelo para o aprimoramento dos processos que envolvem a cabotagem. Prosseguindo a temática de atuação dos integrantes do comitê, foi ressaltada necessidade da promoção dos participantes dos Comitês Técnicos como pontos de referência nos temas em discussão, tomando como exemplo a discussão do Certificado de Livre Prática, que está sendo realizada diretamente com os representantes do Ministério da Saúde, mas pode ser acelerado junto aos pontos focais para trazer uma discussão mais qualificada para a Comissão.

Dando início à apresentação do BR do Mar, foi citada que esta proposta de pauta tem sido objeto de discussão com vários intervenientes, recebendo críticas e ajustes dos setores interessados, assim como no Comitê Técnico. Inicialmente foi dada a contextualização da participação e a caracterização do transporte de cabotagem, permeando a sua relevância no cenário de transporte brasileiro, em especial no transporte de contêineres. Neste contexto, foi apresentado como um dos principais pilares da proposta, que é a segurança de frota e disponibilidade do serviço. Ao abordar a insegurança econômica e logística da abertura total da cabotagem ao capital estrangeiro O Sr. Marcelo João da Silva, entrevistou questionando se tal medida não afetaria o Custo Brasil, criando uma reserva de mercado e questionando se o modelo adotado possui uma referência internacional. Em resposta, o Sr. Dino Antunes comparou os custos relacionados nas embarcações de bandeira nacional em comparação com aqueles denominados “bandeiras de conveniência”, utilizados por países que possuem forte atuação e adota medidas de estímulo para que as embarcações sejam da sua nacionalidade, mas que não necessitam da navegação de forma preponderante. Em continuidade à relação do Custo Brasil, foi destacado que ele existe em diversos setores da economia, mas que no caso do serviço da cabotagem a proteção não é voltada às empresas, mas sim da regularidade do serviço, de igual forma que ocorre no setor rodoviário. O Sr. Diogo Piloni orientou para que fosse abordado quanto às experiências internacionais, oportunidade na qual o Coordenador do Comitê realizou uma explanação do funcionamento do mercado nos E.U.A. notadamente fechado, em comparação com outros grandes países atuantes no setor (China, Austrália e Nova Zelândia), nos quais existem iguais medidas de proteção desta prestação de serviço, enquanto medida segurança dos aspectos relacionados à soberania nacional, especialmente da proteção econômica. Após esta exposição, o Sr. Diogo Piloni entrevistou para informar que, no detalhamento da apresentação, será destacado que o governo brasileiro se mantém atento à atual disponibilidade do serviço de cabotagem, estimulando a entrada de novos *players* e outras iniciativas de entrada de novas embarcações e incorporação à frota brasileira, citando a aquisição fora do país, a flexibilização no afretamento e outras. O Sr. Dino Antunes apresentou a interface do projeto com o planejamento estratégico do Ministério da Infraestrutura e, dando prosseguimento, foram apresentadas as diretrizes pretendidas, quais sejam: estabilidade regulatória, equilíbrio da matriz logística brasileira, incentivo ao investimento privado, promoção da livre concorrência e a otimização do uso de recursos públicos. Dando destaque à abordagem da estabilidade regulatória, ressaltou-se a relevância dos custos

elevados na avaliação, previsibilidade e segurança para a efetivação dos investimentos do setor privado, os quais necessitam da estabilidade regulatória e informou da existência de iniciativas legislativas em trâmite, as quais podem alterar totalmente o cenário da cabotagem nacional e desestimulam o investimento, apresentando o BR do Mar como um conjunto de medidas integradas e sustentáveis para a solução deste problema. Em prosseguimento, foram apresentados os cinco eixos estruturantes (temáticos) desta iniciativa: Frota, Indústria Naval, Porto, Praticagem e Custos, os quais receberam um maior grau de detalhamento. Na apresentação do eixo “Frota”, este foi tido como o que trará maior alteração do *status quo*, com a flexibilização da possibilidade de afretamento de embarcações estrangeiras, ampliando o transporte de cabotagem em embarcações que tenham compromisso com o mercado brasileiro, ao tempo em que contrapôs o modelo de afretamento por tempo ou viagem, sendo discutida a possibilidade de bloqueio para circularização. A Sra. Jacqueline Andrea Wendpap fez uma intervenção ressaltando a fala do Sr. Marcelo João da Silva, evidenciando que a promoção da regularidade do mercado gera um ciclo virtuoso, sendo este o principal norteador para a solidificação da cabotagem. O Sr. Diogo Piloni complementou no mesmo sentido, reputando que a disponibilidade de frota é o instrumento para a redução do Custo Brasil, gerando competitividade e informando da cautela necessária quando na promoção de ações para a abertura do mercado, especialmente daquelas ligadas à proteção e à vocação da construção naval, que gerou poucos resultados para a cabotagem, excetuando o apoio marítimo. Ainda no desenvolvimento sobre os incentivos de afretamento, foi apresentada a possibilidade de admissão temporária (por tempo ou viagem) automática, regulada por instrução normativa pela Receita Federal, mas que o projeto pretende incluir no arcabouço normativo legal. O Sr. Renato Cardoso de Sousa colaborou no mesmo sentido, informando que este modelo pretendido gera renúncia fiscal, já que hoje as admissões são com utilização econômica e necessária deste amparo legal. Além disso, foi citada a medida de um regime similar ao *drawback* suspensivo (impostos de importação), incentivos de aplicações no uso da indústria naval brasileira e a possibilidade de a embarcação vir carregada quando vindo de viagem ao Brasil. Entrando no eixo Indústria Naval, ligados à frota, foram dados como as principais medidas para alteração do mercado brasileiro, seguindo para o eixo Porto, onde foram apresentadas medidas para a cabotagem em operações especiais (RO-RO e Terminais). No desenvolvimento foi abordado pelo Coordenador do Comitê, pelo Sr. Diogo Piloni e com aparte da Sra. Jacqueline Andrea Wendpap, a medida de autorizações especiais, denominadas como Contratos de Uso Temporário, para apoio *offshore* e carga não consolidada, que era uma medida regulada pela Antaq, mas não obteve respaldo jurídico e que pretende-se obter regulação por medida de lei.

Como contribuição à apresentação, o Sr. Vice-Almirante Roberto Gondim Carneiro da Cunha, abordou sobre o crescimento da Cabotagem e dos recursos econômicos que ela trouxe para o Brasil; da preocupação com o impacto na construção naval brasileira; da possibilidade de perdas para os trabalhadores marítimos, diante do contexto da internacionalização; da preocupação com a manutenção da soberania nacional (presença e defesa); e, por fim nos aspectos relacionados aos serviços de praticagem. Ao final de sua fala, foi apresentada a necessidade de ampliação e aprofundamento da discussão de alguns dos temas envolvidos ao incentivo da cabotagem e fez um convite para o Coordenador do Comitê para fazer esta apresentação novamente para a Diretoria de Portos e Costas (MB/MD), encerrando a sua participação.

Em continuidade à apresentação, foram apresentadas outras medidas relacionada à flexibilização do uso da conta vinculada, do fomento ao reparo, à manutenção e à construção. Em relação ao eixo de Custos, quanto ao *bunker*, foram apresentadas iniciativas de isenção de ICMS, em equiparação à exportação em Lei e a discussão com a Petrobrás para a redução do teor de enxofre no *bunker* (*Low Sulphur*). Quanto à tripulação, o uso de oficiais brasileiros no afretamento a caco nu; a utilização da conta vinculada para capacitação da tripulação; o uso do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT para capacitação, sem contrapartida; a obrigação de praticantes em embarcações afretadas, mesmo sem suspensão; articulação junto à Marinha do Brasil para atualização do Cartão de Tripulação de Segurança (CTS), permitindo a readequação do número de tripulantes; e medidas para garantir a oferta de oficiais. Além disso, foram apresentadas outras medidas para a redução de tributos e outras medidas burocráticas. Retornando ao eixo Porto, foram destacadas outras ações pela SNPTA/Minfra relativas à implantação de TUPs, arrendamentos, aditivos contratuais e/ou novos investimentos, além do destaque dado a iniciativa de otimização dos fluxos realizados pela Procomex e do planejamento para a operação de *hub ports* para a operação de mega contêineres. No eixo

Praticagem, foram apresentadas medidas de escopo técnico, como isenção (PEC), elaboração de estudos privados e rodízio por prático. Por conseguinte, foi abordada a necessidade de transparência e publicidade do serviço de praticagem e da sua estrutura de custo, finalizando com a possibilidade realização de arbitragem para a solução de conflitos entre os tomadores e prestadores do serviço. Em complemento, o Sr. Marcelo João da Silva fez uma intervenção destacando o desafio da implementação das propostas de Praticagem, sendo aparteado pelo Sr. Diogo Piloni, que ressaltou que a construção de algumas das soluções envolveram os representantes da praticagem. Em conclusão da apresentação, foram apresentadas medidas estruturantes e as metas previstas para o setor até 2022.

3. Assuntos Gerais

3.1 – O Sr. Diogo Piloni Secretário Nacional de Portos e Transportes Aquaviários – SNPTA/MINFRA dando prosseguimento a reunião, solicitou contribuições com relação ao regimento interno da Conaportos, passando a palavra para a Sra. Mariana Pescatori, que falou da minuta do regimento interno Conaportos, sugerindo uma padronização processual das comissões, Conaero, Conaportos e do conselho Contran, que teve o detalhamento apresentado pelo Sr. Rodrigo Otávio Moreira da Cruz.

3.2 - Sr. Diogo Piloni, apresentou o cronograma das próximas reuniões dos comitês Técnicos e da comissão, falou sobre os passivos do Setor Portuário e Transporte Aquaviários e assim encerrou sua apresentação agradecendo e dizendo contar com a participação e parceria de todos.

4 - Desenvolvimento

4.1 - Apresentação das ações dos Comitês Técnicos de Modernização portuária e Parâmetro de Desempenho; Integração de Sistemas e de Estímulo à Cabotagem.

4.2 – Alteração e uniformização do Regimento Interno da Conaportos.

4.3 – Informação sobre o funcionamento das Comissões Locais das Autoridades nos Portos –CLAPs.

4.4 – Contextualização do Decreto nº 7.861/2012 em relação ao atendimento do Decreto nº 9.759/2019.

4.5 –Aprovação do Calendário de Reuniões 2019.

5 – Encaminhamentos

5.1 – Agendar reunião do Coordenador do Comitê Técnico de Estímulo a Cabotagem com o Ministério da Defesa, para discutir definições do Projeto BR do Mar.

5.2 – Apresentação da versão preliminar do novo Regimento Interno.

6 – Deliberações

6.1 – Fusão do Comitê Técnico de Modernização Portuária com o Comitê Técnico de Parâmetro de Desempenho.

7 - Encerramento

7.1 - O Secretário Nacional de Portos e Transportes Aquaviários – SNPTA/MINFRA Sr. Diogo Piloni, agradeceu a presença dos participantes, reforçou a importância da presença de todos, solicitou o envio dos documentos pós reunião no prazo e deu por encerrada a 14ª Reunião Ordinária da Conaportos, da qual lavrou-se a presente ata que, aprovada, será assinada pelos membros da Comissão.

Marcelo Sampaio
Ministério da Infraestrutura

Daniel Fernandes de Simões Branco
Casa Civil da Presidência da República

Marcelo João da Silva
Ministério da Justiça e Segurança Pública

Vice-Almirante Roberto Gondim Carneiro da Cunha
Ministério da Defesa

Fábio Florêncio Fernandes
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Marcus Aurélio Miranda de Araújo
Ministério da Saúde – ANVISA

Jacqueline Andrea Wendpap
Agência Nacional de Transportes Aquaviários

Brasília, 04 de julho de 2019.



Documento assinado eletronicamente por **Jacqueline Andrea Wendpap, Usuário Externo**, em 13/09/2019, às 11:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.

Documento assinado eletronicamente por **Marcus Aurelio Miranda de Araujo, Usuário Externo**, em



16/09/2019, às 10:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.



Documento assinado eletronicamente por **MARCELO JOÃO DA SILVA, Usuário Externo**, em 16/09/2019, às 10:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.



Documento assinado eletronicamente por **Daniel Fernandes de Simões Branco, Usuário Externo**, em 20/09/2019, às 14:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.



Documento assinado eletronicamente por **Roberto Gondim Carneiro da Cunha, Usuário Externo**, em 25/09/2019, às 19:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.



Documento assinado eletronicamente por **FABIO FLORENCIO FERNANDES, Usuário Externo**, em 01/10/2019, às 10:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.



Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Sampaio Cunha Filho, Coordenador**, em 10/10/2019, às 20:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.infraestrutura.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1746308** e o código CRC **678E6D61**.



Referência: Processo nº 50000.010080/2019-06



SEI nº 1746308

EQSW 301/302 - LOTE N 201, ED. MONTES - 2º ANDAR - ALA SUL - Bairro SUDOESTE
Brasília/DF, CEP 70673-15
Telefone: 20298959 - www.infraestrutura.gov.br